

Nota em apoio à Ação Civil Pública com pedido de tutela provisória de urgência da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia e do Sindicato dos Advogados de São Paulo em face do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo pela imediata revogação do Decreto 64.994 de 28 de maio de 2020

Nós, ativistas de diferentes coletivos, fóruns, movimentos sociais, frentes e sindicatos de municípios da Grande São Paulo, estamos atuando fortemente em nossas comunidades e trocando informações desde meados de março, enfrentando a pandemia nos territórios através de ações de solidariedade com distribuição de cestas básicas, kits de higiene, máscaras e doações financeiras a instituições e a famílias, ações de orientação comunitária e campanhas informativas. Desde o fim de abril, também estamos empenhadas/os em tentativas de diálogo com o poder público estadual e nos municípios.

Infelizmente, os esforços do poder público têm sido insuficientes para enfrentar a complexidade da pandemia no estado de São Paulo. Especialmente grave foi a decisão de promover a flexibilização progressiva das medidas de isolamento social no estado de São Paulo e na capital a partir de 1º de junho, através do decreto estadual 64.994 de 28 de maio de 2020. Em 1º de junho, saltamos para 111 296 casos confirmados e 7667 óbitos no estado de São Paulo (dados da Secretaria de Estado da Saúde em 1º de junho), dos quais 65 716 casos confirmados e 4241 óbitos no município de São Paulo (dados da Secretaria Municipal de Saúde em 1º de junho). Na Grande São Paulo, 83,2% dos leitos de UTI estão ocupados (dados da Secretaria de Estado da Saúde em 1º de junho). No município de São Paulo, tínhamos 191 006 casos suspeitos em 1º de junho, dado também fundamental pois seguimos sem testes em proporção adequada.

Como afirmamos em nosso manifesto “Em defesa da vida, saúde e direitos sociais em São Paulo”¹, diversas ações para ampliação das políticas de saúde, fortalecimento do SUS e ampliação da proteção social e do conjunto das políticas sociais precisam ser combinadas à ampliação das medidas de isolamento social no estado de São Paulo, para garantia e promoção da vida da população. São fatores determinantes para a rápida disseminação do Covid 19 as realidades de um estado e cidades tão brutalmente desiguais e com diversos territórios em que prevalece a precariedade das condições de vida, trabalho, saneamento e moradia - ou a total ausência destas condições, se apenas na capital temos cerca de 25 mil pessoas que vivem nas ruas, realidades em grande parte responsabilidade da ausência do Estado em seus diversos âmbitos.

À garantia de políticas sociais universais, devem se somar programas específicos nas comunidades em territórios de alta e altíssima vulnerabilidade social, assim como programas para os segmentos mais expostos aos riscos de

¹Está disponível no Le Monde Diplomatique Brasil a publicação de artigo a partir do manifesto, assinado por diversas lideranças de organizações, pastorais sociais e movimentos sociais do estado de São Paulo. 19 de Maio de 2020. Acesse <https://diplomatique.org.br/em-defesa-da-vida-da-saude-e-dos-direitos-sociais-em-sao-paulo/>

contágio pelo Covid 19: a população em situação de rua, população prisional, adolescentes em unidades de internação, moradoras e moradores de favelas e ocupações urbanas, assentamentos rurais e povos indígenas da Grande São Paulo.

Somamo-nos à Ação Civil Pública com pedido de tutela provisória de urgência da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia e do Sindicato dos Advogados de São Paulo em face do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo pela imediata revogação do Decreto 64.994 de 28 de maio de 2020. É necessário ampliar as medidas de isolamento social no estado de São Paulo durante todo o tempo em que isso se mostre necessário, segundo critérios científicos, de acordo com a avaliação das autoridades sanitárias, profissionais de saúde e pesquisadoras/es, assim como garantir políticas de saúde efetivas para o enfrentamento da pandemia, programas de transferência de renda estadual e municipais e um conjunto de programas sociais específicos nos territórios mais vulneráveis e para os segmentos mais expostos aos riscos de contágio.

ASSINAM ESTA NOTA:

Ação Educativa

Associação de Moradores do Jardim Casa Branca e Adjacências

Associação Filhos do Zaire

Batalha da Matrix

Canal Mais Direitos Humanos (+DH)

Casa Neon Cunha

Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo (CDHEP Campo Limpo)

Coletivo de Advogados para a Democracia (COADE)

Comitê São Paulo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Comunidades Eclesiais de Base Padre Cícero e Nossa Senhora das Dores – Setor Ermelino Matarazzo

Conselho da Comunidade da Comarca de São Paulo

Conselho de Leigos da Arquidiocese de São Paulo (CLASP)

Cooperativa Habitacional Central do Brasil (COOHABRAS)

DiverCidadeSP

Escola de Cidadania Olimpio de Matos

Escola de Cidadania José de Souza Cândido da Diocese de Mogi das Cruzes

Escola de Fé e Política Waldemar Rossi

Família Congada Parque São Bernardo

Fórum das Pastorais Sociais da Região Episcopal 1 da Diocese de Campo Limpo

Fórum Livre de Combate ao Racismo de São Bernardo do Campo

Fórum MOVA – SP

Fórum Municipal LGBT de São Bernardo do Campo

Fórum Paulista de Educação de Jovens e Adultos

Frente Democrática de Ermelino Matarazzo

Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito

Grupo de Estudos Angela Davis

Grupo de Fé e Política do ABC Paulista

Grupo Representante dos Povos Tradicionais de Terreiros das 7 Cidades do ABC paulista
Instituto dos Arquitetos do Brasil – Núcleo Guarulhos
Instituto Cultural e Educacional Fazendo o Bem de São Bernardo do Campo
Movimento Cabuçu é Pulmão
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - São Paulo (MST - SP)
Movimento Negro Unificado (MNU)
Núcleo de Estudos Urbanos de Guarulhos (NEU Guarulhos)
Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo
Pastoral Fé e Política da Diocese de Campo Limpo
Pastoral Fé e Política da Diocese de Guarulhos
Pastoral Indigenista
Pastoral Operária da Diocese de Campo Limpo
Professorxs em Movimento
Programa Pindorama – PUC-SP
Rede de Escolas de Cidadania do estado de São Paulo (REC - SP)
Sindicato dos Bancários de Guarulhos e Região
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP)
Sindicato dos Professores e Professoras de Guarulhos (Sinpro Guarulhos)
Sociedade Santos Mártires